

ELEIÇÕES

Lula avisa que ninguém “fala grosso” com Brasil

Sem citar Donald Trump, presidente retoma o discurso da defesa da soberania e afirma que a postura ativa do país é uma “questão de dignidade e de caráter”

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

No aulaão preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em São Bernardo do Campo (SP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que nunca mais um presidente de outro país deve “falar grosso” com o Brasil. A referência era na direção do líder norte-americano Donald Trump, com quem conversou por telefone no último dia 6. Eles se encontraram nos bastidores da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro, e apesar do breve contato, combinaram em dialogar.

Para uma plateia composta de estudantes e militantes do PT, Lula aproveitou para surfar na onda que lhe restabeleceu popularidade com a defesa da soberania brasileira por conta do tarifaço de 50% imposto às exportações para os Estados Unidos, conforme determinado por Trump. As mais recentes pesquisas de opinião colocam Lula como favorito, em todos os cenários, para a corrida presidencial de 2026.

Depois da conversa entre os presidentes, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, na quinta-feira, para começar a destravar as pautas diplomática e comercial. “A gente quer formar uma doutrina latino-americana, com professor latino-americano, com estudante latino-americano, para que a gente possa sonhar que esse continente um dia vai ser independente, que nunca mais um presidente de outro país fale grosso com o Brasil, porque a gente não vai aceitar. Não é uma questão de coragem. É uma questão de dignidade e de caráter”, afirmou.

Na sexta-feira, Lula encontrou-se com Mauro Vieira, no Palácio da Alvorada, que detalhou ao presidente a conversa que tivera com Rubio. Segundo o chanceler brasileiro, a reunião foi uma troca de ideias e visões de maneira “clara e objetiva”. O ministro das Relações Exteriores destacou que Brasil e EUA têm desejo de avançar em negociações comerciais.

Mercado financeiro

Lula aproveitou o “modo campanha” para criticar o mercado financeiro. Ao defender a universalização do programa Pé-de-Meia — destinado a evitar a evasão escolar de jovens do ensino médio —, rebateu críticas sobre o impacto fiscal da medida que prevê incentivo financeiro a estudantes de baixa renda do ensino médio. E afirmou que os banqueiros querem os recursos para si mesmos.

“É difícil, a Faria Lima vai

Arquivo pessoal



Em jantar, Lula sondou Barroso sobre os cotados para sucessão no STF

» Comida e remédio aos palestinos

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, afirmou, ontem, que o presidente Lula determinou o envio de alimentos, remédios e itens de primeira necessidade à Faixa de Gaza. “Nesse momento em que milhões de palestinos retornam para as ruínas de suas casas, tentando retomar as suas vidas, apesar das perdas enormes que viveram nos últimos dois anos, eles precisam mais do que solidariedade, precisam de ações de apoio, tanto material quanto político, para que o cessar-fogo acordado seja definitivamente cumprido”, disse, no encerramento do Fórum Mundial da Alimentação, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália. No discurso, Janja afirmou que o acesso de milhões de pessoas à comida é dificultado hoje por mudanças climáticas e seus eventos extremos como secas, enchentes e alterações nos ciclos das chuvas, mas também por questões geopolíticas, como conflitos armados e deslocamentos forçados.

brigar com a gente, os banqueiros vão reclamar: ‘Nossa, esse governo está gastando bilhões de reais com Pé-de-Meia. Poderia estar aqui na Faria Lima para a gente ganhar mais dinheiro’. Nós não estamos gastando. Gastando a gente estaria se o dinheiro fosse para eles. Estamos investindo na sobrevivência da nossa juventude”, afirmou.

O presidente aproveitou o evento para anunciar a abertura de nova chamada pública da

Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), de preparação para o Enem e outros vestibulares. O investimento previsto é de R\$ 108 milhões, com a meta de apoiar até 500 cursinhos em 2026 — movimento que integra a estratégia do governo de consolidar políticas educacionais voltadas ao acesso ao ensino superior.

“O Brasil do futuro será melhor do que o Brasil do presente. Ninguém na idade de vocês tem o direito de desistir”, cobrou. Ele voltou

Jantar e sondagem

Horas antes de se despedir do Supremo Tribunal Federal (STF), o agora ministro aposentado Luís Roberto Barroso foi recebido, na sexta-feira, pelo presidente Lula para jantar no Palácio da Alvorada. Na conversa, ele puxou o assunto da sucessão na Corte e perguntou a opinião de Barroso sobre cada um dos três cotados à vaga deixada por ele.

Lula citou, nominalmente, o advogado-geral da União, Jorge Messias, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. Diplomático, Barroso respondeu que consideravam os três preparados para assumir o cargo. Durante o jantar, os dois também conversaram sobre política, vida pessoal e a participação de mulheres no Judiciário.

Anúncio

Segundo integrantes do Judiciário e do governo, Lula já teria decidido dar a cadeira de Barroso a Messias, mas não disse isso ao ministro aposentado. A expectativa é que a nomeação seja oficializada amanhã. O indicado pelo presidente precisa ser submetido a uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e votação no plenário da Casa antes de se confirmado como integrante do Supremo.

O jantar de Lula e Barroso põe fim aos rumores de que o presidente não teria atendido a um telefonema do ministro, irritado que estaria por anunciar a aposentadoria antecipada da Corte. Porém, há semanas circulavam informações de que o magistrado deixaria o STF e teria a intenção de assumir uma embaixada.

a defender que o país precisa “exportar conhecimento, inteligência”, e não apenas commodities, como soja, milho e minério de ferro.

A CPOP tem como objetivos fortalecer cursinhos pré-vestibulares, populares e comunitários; elaborar orientações focadas no Enem; e preparar estudantes — com ênfase em pessoas negras e indígenas — para ampliar o acesso ao ensino superior. O novo edital está previsto para ser divulgado em dezembro.

candidatura dele ao governo do estado”, afirmou Pontes.

Ciro integrou o PSDB na década de 1990 e foi eleito governador do Ceará. Mas, para 2026, baterá de frente com seu antigo partido, uma vez que sua principal divergência com o PDT estadual tinha a ver com a aproximação da sigla com o governo do petista Elmano de Freitas — que deve tentar a reeleição. A entrada de Ciro na nova legenda será na próxima quarta-feira.

A disputa com o irmão, o senador Cid Gomes (PSB-CE), também pesou na decisão do ex-governador em se filiar ao PSDB. Em 2022, Ciro rompeu com a candidatura apoiada pelo grupo de Cid ao governo estadual e manteve uma postura crítica ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para piorar a situação dentro do clã, a irmã dos dois, Lia Gomes, assumiu a Secretaria de Mulheres do estado e ficou ao lado de Cid na desavença.

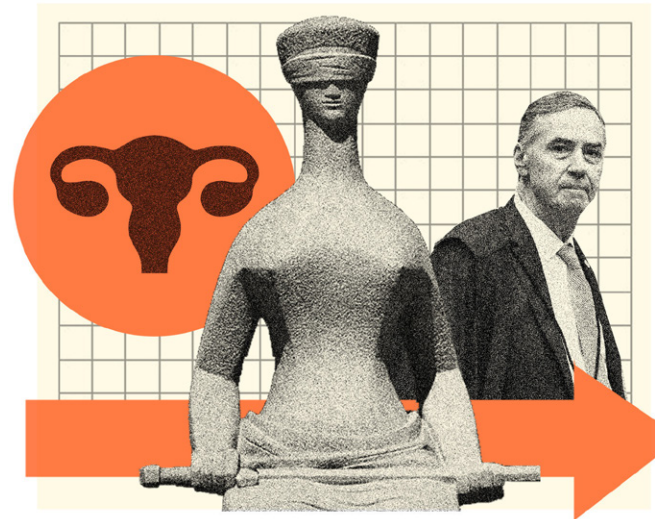
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Barroso desengaveta a descriminalização do aborto ao sair do STF

Prêmio Nobel de Literatura de 2022, recebido aos 82 anos, a escritora francesa Annie Ernaux tinha 23 anos, em 1963, quando engravidou de um relacionamento sem expectativas. Jovem universitária, sua vida virou de ponta-cabeça. Sem contar para a família, que vivia no interior da França, tomou a dramática decisão de fazer um aborto. Seu livro *O Acontecimento* (Fósforo Editora), relata sua difícil e solitária trajetória em busca de um aborto, que era ilegal na França.

Annie Ernaux levou 30 anos para relatar essa história. “Faz uma semana que comecei esta narrativa, sem nenhuma certeza de continuá-la. Só queria testar meu desejo de escrever sobre isso”, registrou em seu diário. “Se eu não relatar essa experiência até o fim, estarei contribuindo para obscurecer a realidade das mulheres e me acomodando do lado da dominação masculina do mundo”. Houve violência médica e julgamento moral por sua decisão.

A questão do aborto não é fácil para ninguém, seja como drama humano, seja como matéria jurídico-política. Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), às vésperas de deixar a Corte, o ministro Luís Roberto Barroso levou dois anos para solicitar o julgamento extraordinário de uma ação do PSol de 2017, que pede a descriminalização do aborto com até 12 semanas de gravidez. O julgamento foi iniciado em 2023, com o voto favorável da ministra Rosa Weber, no seu último dia na presidência da Corte.

Barroso pedira destaque para a votação, o que paralisou o julgamento, somente retomado na sexta-feira, quando solicitou que fosse retomado no plenário virtual, ao presidente do Supremo, ministro Edson Fachin. Foram 104 semanas de espera: “A interrupção da gestação deve ser tratada como uma questão de saúde pública, não de direito penal”, afirmou Barroso, ao acompanhar o voto de Weber.

“A discussão real não está em ser contra ou a favor do aborto. É definir se a mulher que passa por esse infortúnio deve ser presa”, disse. Logo após o voto de Barroso, Gilmar Mendes pediu destaque ao julgamento virtual. Com isso, a discussão será retomada nas sessões presenciais. Por ora, está 2 x 0. A ação protocolada pelo PSol questionava a criminalização com base nos artigos 124 e 126 do Código Penal de 1940.

Segredo de família

O julgamento combina saúde pública, legislação restritiva e divisão de opiniões na sociedade. É rara a família que não tenha passado por esse trauma. O aborto substituiu a virgindade como tabu no ideário familiar cristão, mas, mesmo assim, é praticado quando necessário e mantido em segredo. O Código Penal de 1940 considera o aborto um crime, com exceção das seguintes situações: gravidez resultante de estupro, risco de morte para a gestante e anencefalia fetal.

Entretanto, o acesso ao aborto legal é dificultado por fatores religiosos e falhas na rede de apoio. E há risco de retrocessos na legislação, por causa da composição conservadora do Congresso. O Projeto de Lei 1.904/24, em tramitação na Câmara, por exemplo, propôs equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, mesmo em casos de estupro. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa proibir o aborto em qualquer situação, incluindo as atualmente permitidas, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, em 2024.

É um descolamento da vida real. Apesar da criminalização, o aborto inseguro é uma realidade no Brasil e um problema de saúde pública, sendo um dos maiores causadores de mortes maternas. O número de abortos legais realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aumentou 71%, entre 2018 e 2023, com o crescimento do acesso em casos de estupro. Em maio de 2025, porém, apenas 1,1% das meninas-mães tiveram acesso aos serviços de aborto legal para vítimas de violência.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), de 2021, mostrou que uma em cada sete mulheres, com idade próxima aos 40 anos, já fez pelo menos um aborto no Brasil. O levantamento foi realizado em novembro de 2021, ouviu 2 mil mulheres em 125 municípios. Mais da metade (52%) do total de mulheres que abortaram tinha 19 anos de idade ou menos, quando fez seu primeiro aborto.

Desse contingente (abaixo de 19 anos), 46% eram adolescentes entre 16 e 19 anos, e 6% meninas entre 12 e 14 anos. Pela legislação, praticar sexo ou atos libidinosos com menor de 14 anos é considerado crime de estupro de vulnerável, mesmo havendo consentimento da criança, sob pena de prisão de oito a 15 anos.

Em 2021, 21% das mulheres que abortaram realizaram um segundo procedimento, chamado aborto de repetição. Entre elas, estão predominantemente as mulheres negras. Parte das entrevistadas (39%) usou medicamento para interromper a gestação; 43% das mulheres foram hospitalizadas para finalizar o aborto. O uso de misoprostal, cuja venda é restrita, reduziu os casos de mortalidade nos abortos induzidos.

A opinião pública brasileira sobre o aborto é dividida e complexa. Pesquisas de 2023 e 2025 mostraram que a maioria dos brasileiros é contra a legalização do aborto de forma geral, mas favorável nas situações previstas em lei, como estupro. Pesquisa da Quaest, de dezembro de 2023, indicou que, embora a maioria seja contra a legalização, 84% dos brasileiros não desejam que mulheres que abortam sejam presas.